

Roberto Kant de Lima, Marco Antônio da Silva Mello
e Leticia de Luna Freire
(organizadores)

PENSANDO O RIO:
Políticas públicas, conflitos
urbanos e modos de habitar

Niterói
Intertexto
2015

LIÇÕES DA RUA: O QUE UM RACIONALISTA PODE APRENDER NO CATUMBI

Arno Vogel*
Marco Antonio da Silva Mello**

Pour nous, en effect, classer les choses, c'est les ranger en groupes distincts les uns des autres, séparer par des lignes de démarcation nettement déterminées. [...] Il-y-a, au fond de notre conception de la classe, l'idée d'une circonscription aux contours arrêtés et définis

Durkheim; Mauss

Une expérience sans la science correspondante: la vie quotidienne n'est faite que de celui; mais en même temps toute expérience renvoie à une science possible, car rien ne va de soi
Paul Veyne

À Rua Emília Guimarães

Este trabalho é o resultado da mistura de modéstia e ambição, em doses quase iguais. Não queremos discutir as grandes teorias em

* Professor Titular de Antropologia do Laboratório de Estudos da Sociedade Civil e do Estado (LESCE) e membro do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Pesquisador do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ).

** Professor Associado do Departamento de Antropologia Cultural e Coordenador do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (DAC/IFCS-UFRJ), Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e Pesquisador do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC) da Universidade Federal Fluminense (UFF), Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

suas dimensões filosóficas, nem montar complicados algoritmos científicos. Por esse motivo, escolhemos uma abordagem das mais conhecidas e divulgadas na tradição metodológica da Antropologia Social. O estudo de caso e a análise comparativa foram, ao mesmo tempo, o caminho e o reconhecimento da singularidade que caracteriza o ponto de vista microscópico. Daí a modéstia¹.

A pesquisa, entretanto, pretende mais do que uma simples e bem-sucedida prática de receitas comprovadas. Não se contentando, também, com o preenchimento de uma lacuna do acervo crítico centrado nos temas “cidade” e “planejamento”, inaugurou um território de perspectivas com a promessa de frutos substanciosos, tanto no campo da epistemologia, quanto na elaboração de um saber específico sobre o arranjo e a operação do espaço.

* * *

A morfologia social, que os escritos de Mauss e Beuchat (1974) e Maurice Halbwachs (1938) definiram como possibilidade de análise, é uma realidade complexa e ainda pouco explorada quando se trata dos centros de bairro cariocas. O mesmo vale, muito provavelmente, para as demais cidades importantes do Brasil. Assim, gostaríamos de lançar algumas luzes sobre essa questão, polemizando-a e, se possível, despertar interesses e cabeças para o problema.

1 Esta é uma edição revista do artigo “Lições da rua: o que um racionalista pode aprender no Catumbi”, de Arno Vogel e Marco Antonio da Silva Mello, originalmente publicado em 1983, no prestigioso periódico *Arquitetura Revista*, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (VOGEL; MELLO, 1983). O artigo retoma um argumento desenvolvido anteriormente pelos autores no relatório final do projeto de pesquisa “Apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro”, realizado, em 1979/1980, no Centro de Pesquisas Urbanas (CPU) do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), sob o patrocínio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) com a colaboração do FNDCT. Pesquisa de cunho interdisciplinar, dela participaram os antropólogos Arno Vogel e Marco Antonio da Silva Mello, que a consolidaram etnográfica e conceitualmente, o arquiteto-desenhista Orlando Mollica, o arquiteto-cineasta Sérgio Jucá, a cineasta Tetê Moraes, o arquiteto-fotógrafo Paulo Pavel e as pedagogas-sociólogas Magali Alonso de Lima e Zilda Clarice Martins Nunes. O referido trabalho, além das duas tiragens feitas, respectivamente, em abril e junho de 1980, pelo IBAM, conheceria, logo no ano seguinte, uma 2ª edição, revista e atualizada, com o título que passaria então a tornar o livro referência obrigatória na literatura sobre os estudos urbanos: *Quando a rua vira casa. A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro* (1981). Rapidamente esgotada a 2ª edição, finalmente, em outubro de 1985, uma 3ª edição veio a público envolvendo, desta vez, além do IBAM e da FINEP, a Editora Projeto (VOGEL et al., 1985). As repercussões de *Lições da rua*, entretanto, são muitas, ultrapassando de longe as fronteiras de nossa comunidade acadêmica em versões publicadas em concorridas edições, por exemplo, na França (MELLO; VOGEL, 2002) e na Argentina (MELLO; VOGEL, 2007).

Um empreendimento dessa natureza é sempre arriscado. Conceitos e princípios tidos por indiscutíveis e demonstrados são submetidos ao fogo cruzado da dúvida sistemática e nem sempre saem ileso. O arcabouço das certezas adquiridas começa a balançar diante do assalto de perguntas inesperadas, ou de observações surpreendentes. Isso causa inquietação, com certeza. Mas o saber que permite arriscar visões prospectivas para os centros urbanos é de tal maneira embebido de consequências para um número cada vez maior de pessoas que vale a pena lhe impor revisões radicais e a curto prazo. Há coisas demais em jogo. Os recursos são limitados, em particular quando se trata de finanças. Eis porque consideramos o risco compensador. Novas perspectivas podem interessar a urbanistas, sociólogos, economistas, arquitetos e *last not least* aos responsáveis pelas políticas públicas cujas decisões afetam a vida dos urbanitas. Daí a ambição.

Ambição ou modéstia, o que importa é que não temos tempo a perder. As cidades crescem e o mesmo sucede com os problemas. As pressões vão se tornando insuportáveis. De repente, alguém resolve agir. Encomenda um plano a quem entende do riscado. Este senta e começa a pensar em como a cidade deveria ser para que fosse ideal. Inventava uma resposta. Analisa, detalhando estratégias de intervenção. Redige, desenha e propõe. Outros tomam conhecimento do projeto. Discutem e ponderam. No fim, aprovam. No mais das vezes sem uma noção clara das consequências. O plano vira lei.

A partir daí, as engrenagens se põem em movimento. A burocracia, o Estado em ação. Executivo e inexorável, como podem atestar inúmeros exemplos recentes. Nesta hora, todos corremos perigo, pois, as cirurgias de renovação do urbano raramente se revelam tranquilas e inócuas. Criam situações irreversíveis e de altíssimos custos sociais. Portanto, o único remédio é não precisar de remédio. Para evitar destruições é preciso saber o que determinados recortes dos sistemas construídos representam em termos de valor para a vida social das comunidades urbanas. E não há nada melhor do que a perspectiva focalizada e imediata do método antropológico para se ocupar disso.

Nossa etnografia se articulou, para efeitos do trabalho de campo, em torno de dois casos ilustrativos do que supomos seja uma polaridade característica das cidades brasileiras, em particular nas regiões metropolitanas. A tradição urbana ibérica, predominante até o final do

século passado, reproduzida na arquitetura e no urbanismo dos bairros e subúrbios mais antigos, constitui um dos extremos do espectro. No outro, encontramos os modelos do modernismo, que compensam a falta de inércia histórico-cultural com uma extraordinária agressividade ideológica, assentada no cientificismo progressista, legado mais duradouro do nosso século XIX, e da nossa francofilia.

As transformações de nossas cidades nos colocaram em face de um dilema, tanto mais agudo quanto mais aceleradas as mudanças, nas últimas décadas. Que modelo de vida urbana se pretende instituir, afinal de contas? E como deverá ser o espaço construído a partir desse paradigma?

As escolhas se mantiveram muito claras a esse respeito. No final dos anos sessenta chegou mesmo a se oficializar em grande estilo através da nova capital da República. A escolha é Brasília, esse monumento aos cânones do funcionalismo modernista sob cuja égide se formou a geração que manda na arquitetura e no urbanismo brasileiros.

Neste sentido, em linhas gerais, o que se aplicou foi um modelo comprometido com a ideia de que existe algo como uma “boa forma” urbana. Esta crença continua de pé². Para ela, a “boa forma” é decorrente da relação optimal entre as necessidades humanas e os meios, escassos como cumpre, necessários ao atendimento destas. Trata-se, então, de maximizar recursos tendo em vista determinados fins cujo caráter essencial e invariante os torna abstratos e inespecíficos. Valem para a humanidade inteira, configurando uma espécie de “lei natural” da sociedade, que o intelecto atento e adestrado (e cartesiano) pode revelar e compreender. O prêmio é o poder. Quem sabe “como” e “porque” as coisas funcionam se torna, com isso, o senhor de suas determinações. Pode corrigir o errado e fazer o certo. Não só pode como deve.

A tudo isto se acrescenta o positivismo de nossa tradição intelectual e o autoritarismo de nosso viés hierárquico (DA MATTA, 1979, p. 139). A questão urbana não foge à regra. Também no seu caso o que se faz é atacar os problemas com base em teorias acadêmicas nas quais está implícita uma filosofia espontânea das relações entre “elite” e “massa”, esses opostos complementares do nosso imaginário socio-

2 Basta conferir: uma publicação de Kevin Lynch (1981) tem o sugestivo título de *A Theory of Good City Form*.

lógico. De um lado estão os que têm o privilégio do conhecimento e da técnica. Do outro, os que precisam da mão paternal e condutora – os necessitados de uma certa tutela benevolente e iluminada; pois, como poderiam pensar e construir os espaços adequados às exigências de um modo de vida verdadeiramente racional e progressivo se não fosse por essa orientação esclarecida?

Os trabalhos antropológicos, cuja tradição se desenvolveu no âmbito do confronto entre o “eu” e o “outro”, entretanto, adotaram uma postura diferente. Desconfiam sempre dos discursos autocentrados e sentenciosos. Seus objetos se constroem no entroncamento das teorias nativas com as teorias dos pesquisadores. Sabem perfeitamente que é preciso relativizar ambas, porque o mundo é a síntese tensa e cambiante das versões que pretendem dar conta dele. Por isso recorrem ao relato etnográfico. Observam comportamentos e costumes. Registram os desempenhos regulares sem descartar as singularidades. Mas, sobretudo, prestam atenção a tudo que é comum e cotidiano. Trabalham com os materiais menos nobres que se oferecem à imaginação sociológica. E se utilizam também da mais universal e corriqueira técnica de reprodução de fatos, eventos e processos – a narrativa.

Fazer uma etnografia é como decifrar um palimpsesto (GERTZ, 1975), procurando reconstituir a unidade significativa que o texto apresenta para aqueles que o conceberam. Essa tarefa é bastante complexa, pois exige que sejam levadas em conta certas incoerências, rasuras, emendas e interpolações. Sem falar nos comentários, quer dos membros dessa autoria coletiva (os nativos), quer dos seus possíveis observadores externos (os pesquisadores, autoridades, técnicos etc.).

Casos e Objetivos

A etnografia das relações dos moradores de um centro de bairro com os seus espaços, em dois casos – o Catumbi e a Selva de Pedra, dá precisamente a espinha dorsal do trabalho.

Os dois casos, no entanto, servem ao propósito da pesquisa de modo diferente. Catumbi é o campo do estudo intensivo. Todas as análises se apoiam nele. As evidências foram obtidas a partir dele. E é ele que pode reivindicar o direito de ter sido a chave-mestra de todas

as conclusões, substantivas ou teóricas. A Selva de Pedra contribui de outra maneira. Funciona como referencial por contraste. Testa as informações, desafia o trabalho de observar, compreender e concluir. Tem uma presença fantasmática, ou em filigrana.

O foco da pesquisa foi a apropriação do espaço. Um processo que faz parte da dimensão do vivido, da experiência cotidiana. O pressuposto básico: – toda prática do espaço releva de uma teoria implícita, cuja formulação se dá a partir de um sistema classificatório dos espaços e das atividades. Para além da materialidade de ambos, existe uma dimensão simbólica. Qualquer sociedade tem códigos próprios de leitura e, portanto, de uso do espaço social. São estes códigos que determinam o aproveitamento dos lugares, definindo pertinências e impertinências. Assim se constitui “uma prática”. E esta é, ao mesmo tempo, estruturada “em função de” e estruturante “com relação a” certos valores vigentes na comunidade.

Houve uma precaução metodológica constante. Não perder de vista a relatividade dos esquemas classificatórios que o registro etnográfico ia cristalizando sob nossos olhos. As grandes oposições se desdobram e reduplicam. A distinção entre o claro e o escuro tem sentido, seja no escuro, seja no claro (BOURDIEU, 1972, p. 51). Assim há, nas cidades, espaços construídos fechados e, mais ou menos, privados (casas, lojas, oficinas, escolas, igrejas, clubes), aos quais se opõe o espaço aberto, de uso coletivo (largos, ruas, calçadas, praças, esquinas).

Entre esses dois extremos se estabelecem relações de apropriação diferencial. Os objetivos que perseguimos com nossas análises e observações consistem em demonstrar que, no caso-base da etnografia, podem ser detectados mecanismos complexos de classificação das práticas sociais, no que se refere aos usos variados do espaço urbano. Achamos que esses mecanismos se opõem às concepções ordenadoras do planejamento racionalista, atualizadas no caso de controle.

Partimos da formulação de uma proposta comparativa. As formas de apropriação dos espaços de uso comum deviam ser diferentes nas áreas urbanas não-planejadas, em contraste com aquelas que se tinham constituído com base em técnicas minuciosas de desenho urbano e de acordo com teorias consagradas no *métier*. Queríamos, dessa forma, recuperar um saber que supúnhamos existir nas regiões

urbanas de desenvolvimento autônomo. Na ocasião, fomos orientados pela suspeita de que teriam muito a nos ensinar.

As áreas planejadas suscitavam uma certa desconfiança. O planejamento tinha conotação de uma intervenção normativa e autoritária, cuja competência e eficácia pareciam discutíveis. Era preciso avaliar a justeza dessas suspeitas: daí a comparação. A proposta original tinha, pois, um viés declarado. Positivo com relação ao urbano em sua vertente tradicional e vernacular. Negativo com relação ao discurso do planejamento nas suas formulações e realizações.

A particularidade da pesquisa, entretanto, não se esgotava com essa dimensão comparativa. A forma de abordagem, ela mesma, representava um dos marcos de sua eventual originalidade. Não se tratava somente de descobrir e catalogar diferentes tipos e concepções do espaço, mas de fazê-lo de modo radical. Quer dizer, observando as estratégias de instituição do social “nas” e “através das” práticas cotidianas.

Do ponto de vista metodológico, o alvo da investigação antropológica e urbanística era contribuir para uma compreensão mais nítida e articulada da praxiologia e da pragmática dos espaços na vida urbana das metrópoles brasileiras. O que estava em jogo, portanto, era o entendimento das normas e condições que orientam as práticas de apropriação do espaço pelos seus utentes.³

Espaços, Valores e Atividades

A primeira coisa que procuramos descobrir foi como os moradores do Catumbi compreendiam os seus espaços. Tinha de haver uma ordem; pois, espaços contínuos e indiferenciados não fazem sentido. E o que não faz sentido não é passível de apropriação. É preciso que as pessoas atribuam *signos* às coisas para que possam servir-se delas. Espaços construídos são capazes de sustentar um modo de vida desde que lhe sejam outorgados certos valores. Este processo de valoração consiste em formar grupos, delimitar fronteiras e distinguir funções. Dessa maneira surgem as categorias (DURKHEIM; MAUSS, 1969).

3 O *utente* se distingue do *usuário*, pois sua relação com o espaço não é eventual. Implica um tipo de envolvimento necessário, constante e interessado.

Categorias, entretanto, não existem a não ser com referência a recortes da realidade. Têm caráter “denotativo”. Indicam, apontam ou acusam. Nomeiam seus referentes. Mas não se limitam ao exercício da onomástica, no mundo das coisas. Vão além. Determinam a localização de elementos, ou conjuntos de elementos, dentro de um sistema. Isto equivale à montagem de uma lógica articulatória. Uma hierarquia de princípios relacionais – uma gramática.

Para descobrir essa gramática recorreremos a duas fontes distintas de informação. A primeira delas consistiu no conjunto de referências que o discurso dos utentes faz ao domínio dos recortes físicos do bairro. Ao mesmo tempo, e de maneira fragmentária, a observação da prática de uso dos espaços forneceu os dados que completavam e esclareciam a primeira.

Começamos pelo óbvio. Falamos de casas, ruas, calçadas e quintais; de portas e janelas, soleiras e varandas. Estas não são apenas porções designadas do espaço social, mas categorias de uma classificação sofisticada e de alta capacidade operativa. Tais elementos se juntam como se fossem substantivos, adjetivos, conjunções e preposições. São componentes potenciais de um enunciado. Convertem-se nele sempre que haja uma predicação, um ato, um fazer.

Um sistema de espaços existe em conexão com um sistema de valores. Por sua vez, ambos são impensáveis sem a existência de um sistema de atividades, quer dizer, de uma prática efetiva de valores e espaços. Considerar cada um desses conjuntos em separado é apenas um artifício analítico, que procura destrinçar a síntese astuciosa de uma totalidade complexa. O artifício distingue um conjunto de espaços que abrange as categorias gerais “casa” e “rua”⁴, e todas as que lhes são correlacionadas – como quintal, esquina, calçada, porta ou janela. Em seguida, forma outro conjunto, desta vez de valores, onde se agrupam termos que, associados aos precedentes, lhes conferem uma qualificação. Este conjunto abrange as noções de *público* e *privado*, formal ou informal, visível ou invisível, familiar ou estanho, com suas implicações sociológicas e morais. Por fim, delimitam um terceiro termo – o sistema

4 Neste ponto, seguimos as orientações básicas estabelecidas por Da Matta (1979, p. 70 et seq.), que procura destacar o caráter de domínio sociológico, inerente tanto à *casa*, quanto à *rua*, na cultura brasileira.

de atividades e usos que, em sua correlação com os outros dois, faz surgir a dinâmica do todo. Graças a isto, espaços e valores são atualizados no dia-a-dia das pessoas. Tal com o ato de falar cria a língua, os (a)fazeres cotidianos efetuam o espaço⁵.

Cada vez que alguém decide o que fazer, e em que lugar, está contribuindo para a vitalidade de espaços e valores. Esta ideia nos parece crucial. Quem pratica o espaço é também, de maneira muito sutil, aquele que o produz. No sentido de *pro-ducere* – fazer aparecer. Assim, paradoxalmente, é o consumidor que produz não o sistema como um todo, pois isto está para além da competência do indivíduo, mas um certo estilo do sistema. Uma forma específica de utilizar a ordem estabelecida. O estilo nada mais é do que o modo peculiar de apropriação do espaço.

As diversas conjunções dos três sistemas, por sua vez, criam os diferentes contextos em que se dá o desempenho dos papéis sociais. Cada contexto é um *palco* e cada palco tem um suporte material (uma casa, por exemplo); um *script*, ou texto de ação (o trabalho, o lazer, a festa) que orienta os atores na sua *performance*. Tem lugares valorados – masculinos ou femininos; adultos ou infantis; íntimos ou expostos.

Para que a cena tenha êxito (reconhecimento social) é necessária a habilidade de estar no lugar certo, à hora combinada, fazendo a coisa pertinente, de maneira correta. As práticas do cotidiano têm objetivos funcionais imediatos. Além destes, no entanto, possuem um caráter performativo. Vale dizer, a prática do espaço cria os lugares e os valores que são caros à comunidade do praticante. Por isso, a apropriação é uma estratégia privilegiada para o registro e a interpretação de qualquer realidade social, sempre que se trata de estudá-la no terreno.

Diariamente, vimos os moradores tecerem suas tramas e caminhos. Observamos como criavam (e recriavam) seu ambiente físico. Nossa familiaridade com este universo social cresceu, pois, na razão direta de nosso aprendizado. Descobrir os códigos e provar o nosso saber foi um trabalho de síntese elaborado, penosamente, a contrapelo dos esforços que fazíamos para compreender a classificação por via analítica.

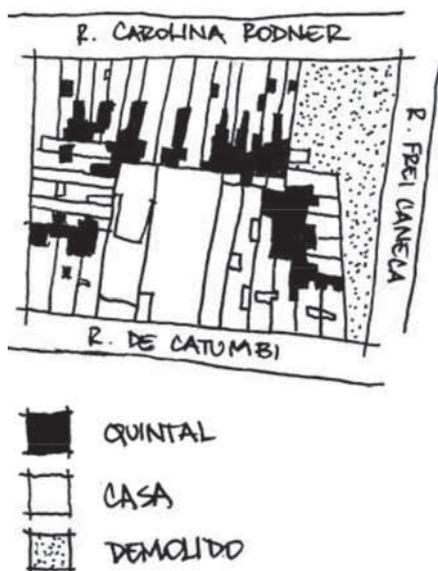
5 Cf. Michel De Certeau, conferência proferida no Rio de Janeiro, em 1982, no IBAM sobre "As práticas quotidianas na cultura das cidades: notas".

As Classificações, e como elas funcionam

Do alto, um quarteirão de Catumbi revela particularidades significativas. Em primeiro lugar, ressalta a disposição das casas. Perpendiculares às ruas, elas se alongam em direção dos respectivos quintais. Coladas umas às outras, e todas à rua, formam uma barreira física compacta, circunscrivendo um miolo constituído pelo conjunto heterogêneo dos quintais. Da rua não se pode ver o quintal, e vice-versa. A casa, no entanto, olha para os dois.

Figura 1

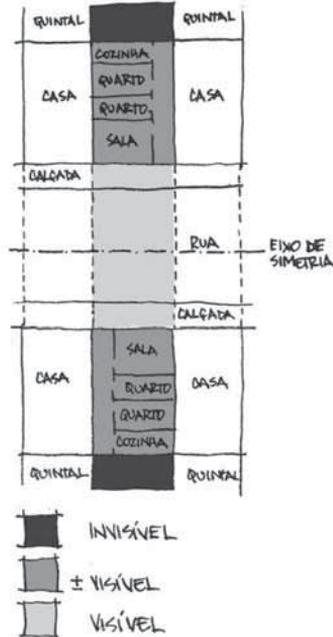
Quadro do Catumbi: padrão de ruas, casas e quintais



Olhar da casa para a rua não é, no entanto, o simétrico inverso de olhar da casa para o quintal. A rua, sendo pública, é de todos e se oferece livremente ao observador. A vista do quintal, em contrapartida, deve limitar-se ao “nosso” quintal. A materialidade dos muros, trepadeiras e cercas-vivas expressa o direito a uma relativa invisibilidade. Essas fronteiras unem e separam. Estabelecem distâncias sociais. Impõem respeito.

Figura 2

Espaços lidos segundo a visibilidade social



Os quintais fazem parte do espaço privado da habitação. Servem a certas atividades vitais do grupo doméstico. São o lugar dos sanitários, do tanque de lavar roupa, do varal, do galinheiro, das árvores frutíferas e das plantas, dos quartos de despejo. E do cachorro. No quintal as mulheres realizam uma parte considerável de seu trabalho. Enquanto isso, as crianças, que ainda não têm idade para brincar na rua jogam bola, pulam amarelinha, montam casinhas ou se divertem com pique-esconde. As vizinhas, ocupadas com suas tarefas rotineiras, conversam, sem se ver. À noitinha, ou nos feriados, familiares e amigos se reúnem aí para algum festejo. Nessas ocasiões o quintal se transforma numa sala-de-visitas a céu aberto.

Porque é uma extensão da casa, o quintal está associado à intimidade. O acesso a esta área passa, literal e metaforicamente, pela casa. Está reservado às pessoas “da casa”. E é lógico que seja assim, porque é nele que se expõe também uma dimensão da vida quotidiana que precisa ser resguardada.

O quintal é uma espécie de *bastidor* da unidade doméstica. É o lugar ao qual estão relegados os cuidados de higiene, a roupa lavada, as plantas e os animais – a natureza no nível doméstico. As crianças de socialização incompleta se mantêm confinadas no limite de seus muros. Trata-se, portanto, de uma projeção interna do espaço da casa. Um reverso da fachada. Exposição da casa para si mesma e para seus moradores. Os acontecimentos que têm aí seu lugar adequado nos permitem conotá-lo em termos do que pode ser chamado de fronteira entre a natureza e a cultura. A maneira de distinguir, no caso, esses dois domínios da representação constitui uma diferenciação interna da própria cultura à qual pertence o grupo⁶.

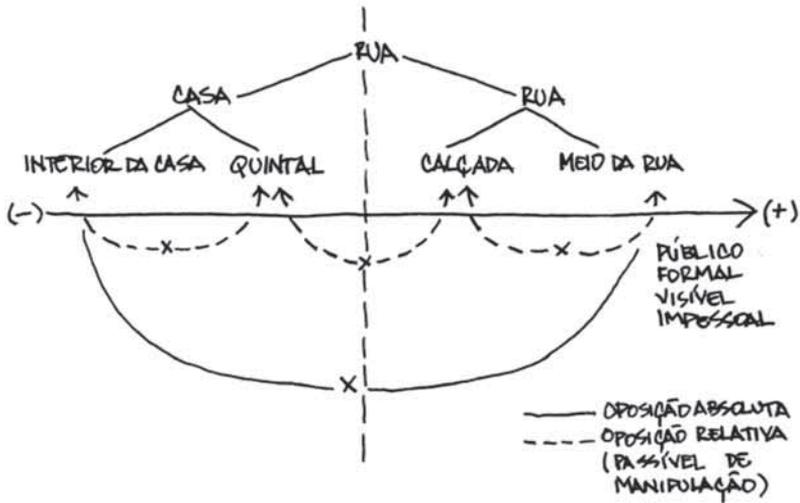
A oposição de casa e rua envolve a ideia de gradação, tal como esta se aplica aos espaços da própria casa. A rua, simétrico oposto da casa, tende a identificar-se com o que é público, formal, visível e masculino. A casa, em contrapartida, tem a ver com o que é privado, informal, invisível e feminino. De resto, esta lógica parece generalizada nas culturas mediterrânicas, representadas no Catumbi pelos grupos étnicos dos italianos, portugueses do continente e das ilhas, ciganos e espanhóis.

A rua é um lugar de passagem. Caminho que leva ao trabalho, ao lazer, ao culto e às compras. Ela mesma, aliás, serve a todas essas atividades. Por isso, mais que uma simples passagem, é um lugar onde se desenvolvem os ritos da sociabilidade. As calçadas, que acompanham o correr de casas e o traçado da via pública, são importantes neste particular, pois definem um espaço físico e social que serve à mediação entre a casa e a rua. As calçadas são o lugar das pessoas na rua.

De certo modo, podemos dizer que as calçadas pertencem às casas. Não que façam parte delas enquanto propriedade jurídica, mas porque estão sob a responsabilidade da casa. Por esse motivo, seu caráter público contrasta, muitas vezes, com as formas de apropriação às quais se prestam, em determinadas circunstâncias ou momentos.

6 A propósito dessa relação entre *natureza e cultura*, um tema clássico da Antropologia, e de suas elaborações em diferentes contextos culturais, é sugestiva, no caso brasileiro, a análise de Baeta Neves (1978).

Figura 3



As maneiras de ocupar essas áreas do espaço urbano ajudam a criar uma ambiência que os moradores associam ao modo de vida tradicional do Catumbi. Houve um tempo em que as cadeiras na calçada eram a marca registrada dos instantes de lazer no bairro. Era um hábito cultivado por todos sentar-se à porta de casa nas tardes preguiçosas dos sábados e domingos, ou nos dias de semana, após o trabalho. Hoje esse costume vai se extinguindo. Poucos o mantêm ainda. Entre eles os ciganos, fundadores e fiéis depositários das tradições.

Além das casas, ruas e calçadas, convém prestar atenção às portas e janelas, embora não tenham mais a importância de antigamente. O urbanismo contemporâneo roubou-lhes uma parte substancial de seus significados. Nos ambientes urbanos "obsoletos", entretanto, muitas coisas acontecem graças ao espaço das portas e soleiras.

As janelas e postigos têm uma variedade análoga de significados. Servem para a comunicação com a rua. Através delas, as mulheres observam o que se passa diante da casa, registrando eventos e atividades; controlando o comportamento de transeuntes e vizinhos. São es-

pectadoras, mas podem se transformar em participantes do espetáculo a qualquer instante, quando chamadas a desempenhar os papéis que compõem sua identidade.

Quando as crianças brincam na rua, por exemplo, as mães acompanham os folguedos que têm lugar na calçada, ou no próprio leito da rua. Das janelas controlam as situações, os conflitos e as maneiras. Alertam, repreendem ou corrigem. Zelam pela segurança e boa educação dos filhos. Suas intervenções suscitam um discurso marcadamente doméstico e moralizante. As crianças, o cotidiano, os problemas da casa e da família constituem a temática recorrente dessas conversas que se dão “através da rua”, de janela para janela, de porta a porta, de uma soleira para outra. Nesses momentos, o espaço da rua defronte à casa mais parece um quintal sem muros. A via pública assume um aspecto diferente, criado a partir de seu modo de apropriação. A familiaridade domina o espaço coletivo nessas ocasiões.

Uma janela pode servir de “balcão”. O caso do alfaiate da Rua Emília Guimarães é ilustrativo. Seu *atelier* é a sala. A janela aberta serve para o atendimento de fregueses. Uma porção da calçada se integra, então, funcionalmente ao seu espaço de trabalho. Às vezes, no entanto, os homens conversam à janela, em torno de uma garrafa de cerveja. Em vez do trabalho, o lazer, como se a janela fosse o balcão do bar-armazém dos irmãos Gomes.

A porta aberta (ou entreaberta) para a soleira de cantaria se assemelha, sob certos ângulos, à janela. Mas se diferencia desta com nitidez, quanto a outros aspectos. Como a janela, é lugar de sentar-se para ver o movimento, conversar ou atender pessoas. Mais que tudo, porém, é o limiar da casa. Lugar privilegiado dos ritos de incorporação e separação, das passagens entre a casa e a rua (VAN GENNEP, 1978, p. 34). Na calçada, junto da porta é que se colocam as cadeiras, ou se desenvolvem os brinquedos infantis mais sossegados. Aí se colocam também os caixotes para a sueca, que os homens gostam de jogar ao cair da tarde ou depois do almoço.⁷

Além das casas de família, as oficinas, garagens, armazéns, bares e quitandas podem se apropriar igualmente das calçadas. E, de certo modo, isto tem a ver com as portas. Quanto mais portas se abrem para a rua, tanto mais espaço público é passível de utilização e mais intenso

7 A *sueca* é um jogo de cartas muito popular no Catumbi.

o seu aproveitamento por parte da “casa”. Não é por outro motivo que botequins e armazéns se expandem na direção da rua através de duas, três ou mais portas amplas.

Esse pequeno corpo etnográfico mostra como e porque a análise de espaços deve levar em conta as atividades que se dão nos seus diversos recortes. Assim como a rua se define pelas formas de sua apropriação, qualquer outro espaço é, também, caracterizado pelos múltiplos usos a que se presta. Os significados que determinados suportes materiais (esquinas, calçadas, soleiras) assumem são o resultado de sua conjugação com certas atividades. E mudam na medida em que esta conjugação venha a se alterar.

Falamos dos espaços e do que pode acontecer em cada um deles sem quebra das regras gramaticais, quer dizer, de forma reconhecida e apropriada. O que pode acontecer, entretanto, varia. Depende da hora, depende da data, depende de quem e de como. Mas, na variação mesma dos eventos possíveis, existe uma lógica que está para além das vontades e conveniências individuais. Por isso, o espaço é apenas mais uma dimensão do social. Constituída por ele, e constitutiva dele, ao mesmo tempo. Assim fica fácil compreender que nesse tipo de levantamento é imprescindível manter um registro meticoloso, quer das categorias, quer dos usos que se referem aos elementos do espaço urbano, observando o que seus praticantes fazem, ou consideram factível.

Nossa visão do espaço privilegia, pois, o aspecto processual e dinâmico. A razão da escolha é teórica: – não acreditamos na existência prévia e estanque de regras apostas, em seguida a um conjunto de lugares. A regularidade existe, precisamente, na variação das maneiras pelas quais um local venha a ser, de fato, usado e apropriado. As regras estão em permanente construção. Nesta prática cotidiana está o seu segredo. A partir dela podemos descobrir, não só os princípios lógicos da operação do sistema, mas também sua função estruturante para as relações sociais dos atores. Praticar o espaço deste ou daquele modo significa conceber a vida social de tal ou qual maneira.

As atividades como que “escolhem” seus lugares, apropriando-se deles, conformando-os às suas exigências, mas ao preço de uma ação de retorno. Existem conjugações de espaços e atividades nas quais os primeiros não são apenas formas inertes que abrigam um conteúdo eventual, mas elementos determinantes da própria ação. E ao contrário: o que acontece em um local não deve ser visto somente como uma

substância que, vertida no espaço-recipiente, tomasse a forma deste. Os eventos decidem a respeito das próprias qualidades formais do espaço. Produzem, moldam e esculpem os ambientes.

Em síntese: um espaço é sempre espaço de alguma coisa (ou evento), assim como as coisas só podem ter lugar em algum espaço. A etnografia do espaço social tem de ser, por esse motivo, o registro compreensivo do que se passa nele. Esta é a condição para que o sistema possa apresentar-se na sua síntese complexa e dinâmica. A classificação sem as práticas é uma estrutura cristalina, admirável pela clareza das linhas e articulações; mas inerte, rígida, sem vida. As práticas, por seu lado, são caleidoscópicas, mutáveis e mutantes. Sem a noção dos princípios classificatórios que atualizam, porém, permanecem incompreensíveis e desordenadas aos olhos do observador. Classificações e práticas pertencem a ordens diferentes. Uma é do domínio do pensar e do conceber; a outra faz parte da ordem do vivido, da experiência. Graças à assimetria desse encontro há vida e movimento, mudança e conservação.

Outro exemplo etnográfico pode ajudar a compreensão nesse ponto. Por isso convém retomar a oposição básica entre “casa” e “rua”. À primeira vista, são termos opostos e excludentes. Uma rua é uma rua. E uma casa é uma casa. Basta consultar um dicionário⁸. Coisa dispensável, sob certos aspectos, pois todos parecem saber muito bem do que se trata. São oposições diamétricas. Inconfundíveis. Na aparência, ao menos.

A polaridade é tão forte que não se limita à demarcação do espaço físico, construído. Dizer *casa* implica todo um mundo de relações sociais (DA MATTA, 1979). A casa são as pessoas da casa. O grupo familiar, unido pelos laços de substância que a estrutura do parentesco organiza. São os valores da intimidade preservada pelo recato. A hierarquia, o respeito do recesso. “Asilo inviolável”, diz a Constituição. É o reino da informalidade, permitindo aos que dele participam o descanso, o não-estar-necessariamente-arrumado e a tranquilidade de um convívio harmônico, “natural”.

A categoria “rua” polariza outro conjunto de relações sociais, no entanto. Oposto ao da casa. Na rua encontramos um universo de

8 O Caldas Aulete, por exemplo, diz:

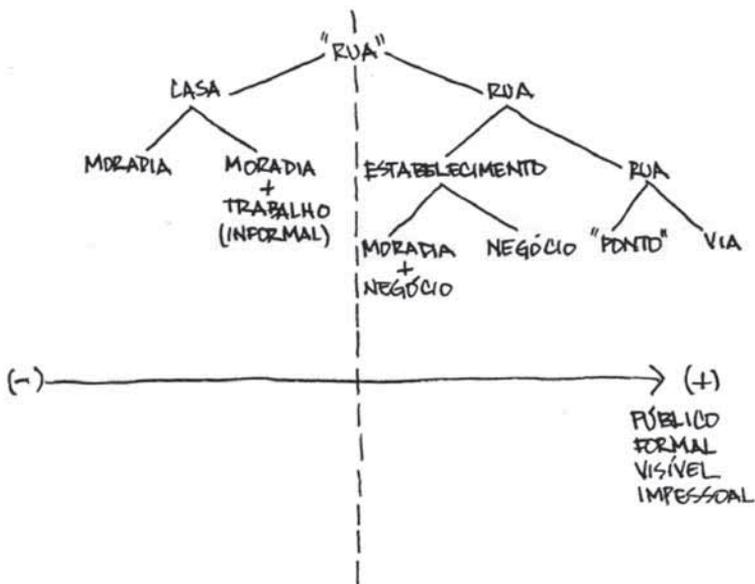
- *casa*, s.f. edifício destinado à habitação; prédio; vivenda...

- *rua*, s.f., caminho público ladeado, à direita e à esquerda, de casas, paredes ou muros, no interior das povoações.

cidadãos abstratos. Indivíduos anônimos regidos por laços contratuais. O trabalho pertence a este universo. Como a luta, a surpresa e o perigo. Se a casa é, no extremo, a esfera da personalização mais absoluta dos contatos sociais, a rua é o domínio da mais completa impessoalidade. Domínio público por excelência, onde se dão as relações formais, expostas e visíveis, mediadas pela lei e pelo dinheiro.

Todas essas oposições são relativas, no entanto. O termo *rua*, por exemplo, designa tanto o caminho público que passa entre dois renques de casas, muros ou paredes, quanto o conjunto de todos esses elementos. Por extensão, aplica-se igualmente aos habitantes da rua. Na realidade, o universo assim definido comporta relações de substância, domínios de intimidade e informalidade, lugares mais ou menos controlados, onde o valor da lei e do dinheiro se relativiza diante dos requisitos da amizade, do respeito e do favor.

Figura 4



As ruas do Catumbi são exemplares, nesse sentido. Encontramos aí casas que são exclusivamente residenciais, mas, ao lado destas, há outras, em que trabalho e moradia se mantêm numa relação de

contiguidade informal. Em seguida, existem aquelas onde o negócio (trabalho) e o lar estão formalmente juntos. O bar-armazém, cujo dono mora no segundo piso do sobrado, é um caso típico dessa associação. Finalmente há os estabelecimentos comerciais puros e simples. Tudo isto sem falar da rua propriamente dita, quer dizer, da parte não tomada pelas edificações, pois, também ela, está longe de ser homogeneamente pública. Basta lembrar a existência dos “pontos”, que, mesmo sem serem propriedade de alguém, têm “dono”.

Uma casa pode ser habitação de um morador da Rua Emília Guimarães. O mesmo indivíduo, no entanto, como frequentador do Armazém São José, poderá dizer que este é “sua casa”, ainda que não more lá. O que significa esta incongruência?

Não há incongruência alguma, em primeiro lugar, ainda que as aparências o indiquem. A ilusão de contra-senso é provocada pelo modo de interpretar o esquema classificatório. Se tomarmos a polaridade em termos absolutos e reificados, alinhando casa com moradia (e privacidade), e rua com trabalho (e domínio público), fica difícil entender como o alfaiate pode ter seu negócio na própria casa, e como o frequentador do armazém pode se referir a este dizendo que é “sua casa”. O problema é que, apesar de público, o armazém não deixa de ser um lugar marcado pelas relações pessoais (redes de amizade, por exemplo) e pelo “estar” não associado ao trabalho, o que lhe confere conotações de intimidade e privacidade (refúgio). Sua posição adquire, nessas circunstâncias, um caráter análogo ao da casa propriamente dita diante da rua. Mas basta olhar a coisa de outro ângulo e veremos o armazém como espaço público, ponto de reunião dos homens, lugar associado à vida do trabalho e, portanto, à rua enquanto domínio sociológico.

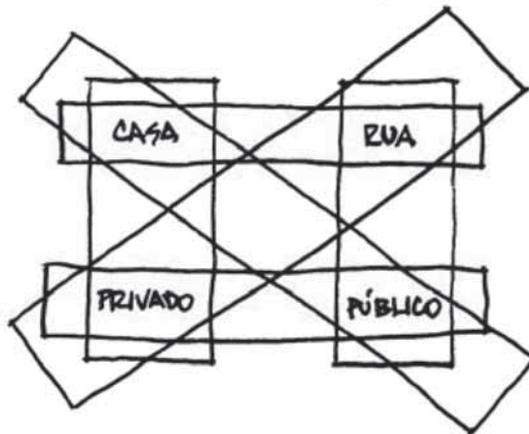
A variação de contexto suscita, pois, a reelaboração do sentido. Os conceitos classificatórios sofrem constantes restrições ou ampliações de espectro, graças à natureza metafórica inerente à linguagem, como a todos os sistemas classificatórios de um modo geral. A criatividade do discurso reside exatamente nessa dinâmica de deslocamentos e na produção de novos significados (ou na expansão dos significados estabelecidos). É aí que encontramos a mais notável e problemática feição das classificações sociais. Graças a esta qualidade têm o poder de incorporar os eventos, no sentido próprio da palavra.

Retornando à questão dos espaços, preocupação direta do trabalho etnográfico e analítico, esperamos ter esclarecido que uma classificação não constitui (a não ser em casos-limites) obstáculo algum para a variedade das formas de apropriação dos espaços. O sistema classificatório não faz questão de se referir a espaços funcionalmente unívocos. Ele não é uma gramática no sentido normativo. Não impõe a prisão de um significado a um significante exclusivo. Um sistema de classificação permite muita coisa, embora essa “permissividade” classificatória tenha limites. Aplicá-lo não significa, certamente, uma contaminação arbitrária e descontrolada dos espaços que rege.

O sistema pode sempre ser manipulado. Suas aplicações contextuais serão aceitáveis apenas enquanto não ponham em xeque a consistência da classificação. Quando isto acontece, ou malogra o sistema ou malogra o espaço. Provavelmente os dois. Do caos momentâneo outro sistema e, com ele, outros espaços poderão surgir. O mecanismo de funcionamento se baseia na lógica das possibilidades. Tem, portanto, de conviver com o imponderável. Esta capacidade é que vai definir o seu poder e eficácia.

Convém tirar algumas conclusões sobre o funcionamento dos dispositivos classificatórios para consolidar o nosso argumento. Podemos tomar como exemplo os pares “rua” e “casa”, “público” e “privado”, jogando apenas com eles, sem complicar mais o esquema:

Figura 5



– “casa” e “rua” são classes (categorias) que designam e ordenam os elementos básicos do espaço urbano, estabelecendo um recorte ou concepção fundamental do mesmo, ao passo que “privado” e “público” correspondem a categorias do direito e da moralidade social;

– “casa” e “privacidade”, tal como “rua” e “vida pública”, constituem classes por analogia – casa:privado; rua:público; esta analogia está ancorada na cultura, pois associa termos de forma pertinente.

O mecanismo de inversão da ordem (do cotidiano) pode equacionar os termos do conjunto de outra maneira ainda, formando pares como “casa” e “público”, ou “rua” e “privado” (ex. estabelecimentos e negócios, ou festas da comunidade).

Assim, existem ocasiões em que ruas (ou certas ruas) se privatizam; do mesmo modo, há casas que se abrem ao público, em determinados momentos, marcados pelos rituais, quer da vida laica, quer da vida religiosa dos grupos.

A variedade de coisas que acontecem no Catumbi é enorme. Essa constatação é quase imediata. Às vezes é difícil dirigir a observação, tantos são os focos que a atraem. Por toda parte encontramos residências, na sua maioria casas, entremeadas com um ou outro edifício. Se considerarmos que, além de viver *em* um bairro, as pessoas podem viver *de* um bairro, a observação precedente adquire peso. Fora as residências, existem os diversos tipos de estabelecimentos, produzindo, vendendo ou prestando serviços. Esta presença pode ser marcada por um maior ou menos grau de formalização. Quer dizer, podemos encontrar desde a casa de comércio estabelecida, a firma com alvará e razão social, até o pequeno negócio desenvolvido no âmbito do grupo doméstico, sem tabuleta, papéis ou outro tipo de legitimação perante o poder público.

A própria Rua de Catumbi, onde encontramos, além de casas, prédios de apartamentos ou vilas, inúmeros negócios, de um lado e outro, atesta a coexistência dessas múltiplas atividades. Bancos se alinham com supermercados, bares e lanchonetes, lojas de eletrodomésticos e material de iluminação, armarinhos, papelarias, lojas de doces, postos de serviço, garagens e estacionamentos. Açougues, padarias e confeitarias servem à freguesia do bairro. Depósitos, pequenas fábricas,

oficinas e fornecedores por atacado, ótica e foto, vidraçaria, funerárias e lojas de flores trazem para o convívio da vizinhança um sem-número de pessoas que ajudam a garantir o movimento e a prosperidade do seu comércio. Tudo isso faz do Catumbi uma praça atraente também para as diversas modalidades do comércio ambulante. As ruas, as calçadas, esquinas e o que se conhecia antigamente como o Largo do Catumbi, apresentam intensa vitalidade.

Essa perspectiva mostra o Catumbi como um espaço urbano marcado pela diversidade, que não é uma qualidade acidental, no entanto. Pelo contrário, tem a ver com as características e concepções do sistema classificatório atualizado neste tipo de ambiente urbano. O jogo que fizemos acima, com os pares “casa” e “rua”, “público” e “privado”, foi uma pequena demonstração do que este sistema é capaz de gerar, quando aplicado aos espaços de um bairro.

Lições da Rua: o que um racionalista pode aprender no Catumbi

O discurso progressista e racionalista na arquitetura e no urbano contemporâneo parece desempenhar um curioso papel de máquina-do-tempo ao contrário. Não nos desloca para o futuro. Traz-nos o futuro, ou aquilo que se supõe seja o futuro. O presente é cheio de impurezas. Com suas manipulações, adaptações e ambiguidades é sempre aquilo que não presta mais. O ideal do planejamento de viés racionalista seria (desejo às vezes realizado) encontrar um vazio. O discurso da razão técnica poderia preenchê-lo. E, como um *deus ex-machina*, criar os espaços, dando-lhes um destino à sua medida.

Existem tantas funções quanto há necessidades básicas para a natureza humana. Não são muitas, e todas conhecidas há muito tempo. Construir casas e cidades é uma das respostas a alguns desses desafios. Felizmente, a sociedade moderna depositou em nossas mãos um vasto inventário de meios novos para fazê-lo. E nos deu também a racionalidade necessária à sua utilização. Assim dizem os racionalistas!

A proposta é simples, continuam. A melhor forma para uma determinada função – eis o progresso. Desde sempre progredir foi obter mais com menos. Maximizar os fins em função dos meios. E Adam Smith provou, com brilhantismo, e perdoáveis equívocos, que a divisão

e a especialização das partes de um todo tornava possível conseguir dele um rendimento exponencial.

As metáforas do maquinismo são recorrentes. A máquina surge como a obra-prima da racionalidade. Um conglomerado de especializações funcionais que divide e hierarquiza tarefas. A forma de cada peça concebida e executada para o papel que lhe cabe na engrenagem.

Esse discurso apresenta uma intrigante mistura de cientificismo e naturalismo. O argumento filosófico, nas suas linhas gerais, desenvolve-se, mais ou menos, da seguinte maneira: – a ciência, toda ciência, não passa de um conhecimento da racionalidade imanente à Mãe-Natureza, que é sábia por definição; mas a Razão e a Natureza, neste argumento, são concebidas de acordo com os cânones da mecânica clássica. O Renascimento e a Filosofia da Ilustração consagraram a metáfora do Arquiteto do Universo para se contraporem à concepção teísta da ordem providencial com seus rompantes e acessos de temperamento. Ao invés desta determinação por uma vontade cambiante, irascível e idiossincrásica, propunham uma nova versão da ordem do mundo. Tudo existe graças a um discurso originário e fundador, que estabelece a ordenação das coisas. Cria, nomeia e legisla. As leis outorgadas à criação passam a regê-la, independente da vontade criadora.

Distinguir e separar as funções; inventar e designar-lhes os espaços apropriados; combinar corretamente as peças para que funcionem com o mínimo atrito possível – isto é planejar. É produzir a forma urbana perfeita para o conteúdo visado. Especialização e especialização perfeita das funções, num autêntico platonismo que recria o mundo, dando-lhe as suas formas “naturais”.

A hierarquização dos espaços-funções deve incrementar o rendimento funcional da totalidade. Morar melhor, trabalhar melhor, divertir-se melhor, onde *melhor* é sinônimo de *mais*. Aí está o que vem a ser, afinal, a proposta de viver modernamente. O planejamento urbano racionalista acaba se transformando, ao longo desse caminho, numa espécie de taylorismo urbanístico, que segrega, particulariza e disciplina os espaços. E as atividades, por consequência. Tudo a bem da eficiência e da produtividade.

Teríamos, a partir daí, as condições para levantar uma lebre da qual tomamos conhecimento, até agora, de forma implícita ou tangencial: o dilema da tradição e da modernidade, no desenvolvimento recen-

te dos centros urbanos brasileiros. A questão não é pertinente apenas com relação ao discurso dos planejadores e urbanistas que aplicaram, ou ainda aplicam, os ensinamentos da cartilha do racionalismo corbusieriano. O dilema já se incorporou ao senso-comum dos habitantes das metrópoles, que o discutem, sem floreios acadêmicos, mas com o envolvimento de quem precisa resolvê-lo no cotidiano.

Nos termos desse dilema, como situar o Catumbi? Que lições nos proporciona este bairro quanto aos processos de classificação e apropriação do espaço urbano? Até que ponto um estudo como este pode contribuir para um entendimento mais claro das práticas e das normas que as orientam? Aonde nos leva uma abordagem praxeológica da vida nas cidades, afinal?

Todo o processo de apropriação dos espaços, num centro de bairro tradicional, como é o Catumbi, é condicionado pela maneira segundo a qual as diferentes funções primárias da vida urbana se interligam. A característica está na multiplicidade das funções que se relacionam dentro de uma mesma área urbana, de modo que nem sempre possamos reconhecer onde começam e onde terminam os conjuntos articulados.

O princípio da diversidade (JACOBS, 1973, 2. pt.), destacado em nosso restrito *corpus* etnográfico, dá margem a muitas conjunções de espaços e atividades, que, no entanto, não se excluem mutuamente. Os conjuntos que formam têm fronteiras fluidas. Podem recobrir-se parcial ou totalmente. Quer dizer, não há uma coisa apropriada para cada espaço, nem um espaço apropriado para cada coisa. A mistura não é um acidente. É o estilo da vida urbana nessa área. Os arranjos que produz estão limitados a um determinado espectro de possibilidades, o que significa que existem e são admissíveis, e lógicos, vários tipos de ordem.

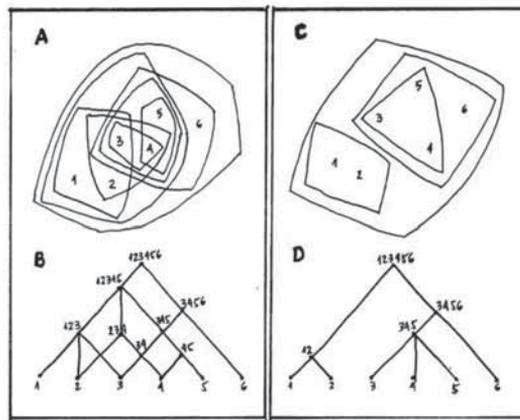
A diversidade equivale à negação de uma única e determinada forma de classificar. A tradição intelectual racionalista define “classe” como sendo o conjunto cujos elementos partilham um traço comum. Nesse tipo de sistema, cada classe se integra, em virtude do mesmo princípio, a um conjunto de nível imediatamente superior, no qual passa a estar inteiramente contida. Duas classes quaisquer se distinguem, quando são de mesma ordem, segundo um critério binário, de acordo com o qual há uma que é marcada (possui o traço) e outra que

é não-marcada (não possui o traço). Como exemplos clássicos temos os quadros de sons da linguística.

O resultado desse princípio classificatório é o seu caráter linear, a exigência de fronteiras nítidas e a sua figuração como um diagrama em árvore, representação gráfica mais comum do sistema. As classificações que o seguem são *monotéticas*. Derivam de um, e somente um, princípio (NEEDHAM, 1979, p. 63-64). A cada classe corresponde um nome ou lugar, o que dá origem a um equívoco, que consiste em acreditar que tudo que tenha o mesmo rótulo, ocupando o mesmo lugar, deve ser da mesma natureza. A ilusão dessa crença foi criticada, de um ponto de vista filosófico, por Wittgenstein, em sua teoria contextual do significado (WITTGENSTEIN, 1979).

Para lidar com um sistema de múltiplas conexões, em que os conjuntos se definem contextualmente, podendo recobrir-se de diversas maneiras, será necessário postular outro princípio classificatório. Este seria “politético”. Neste caso, as classes se constituem diferentemente, de acordo com a variação do referencial. Em consequência, as possibilidades de leitura permanecem em aberto. À univocidade da leitura e critério das classificações em árvore corresponde a multivocidade de combinações do princípio do semi-retículo (ALEXANDER, 1969).

Figura 6



AB
 “Uma família de conjuntos forma um semi-retículo se, apenas se, quando se sobrepõem dois conjuntos pertencentes à família, o conjunto de elementos comuns aos dois também pertence à família.” (Alexander, 1969).

CD
 Uma família de conjuntos forma uma árvore se, e apenas se, tomados dois conjuntos pertencentes à família, um deles está ou inteiramente contido no outro, ou inteiramente separado do outro.” (Alexander, 1969)

Cada possibilidade é um conjunto. Cada conjunto é um contexto. A intersecção de dois contextos, no entanto, constituiu um terceiro. Por isso, nesta perspectiva, categorias e espaços são relativos. O que é público em um contexto, pode ser privado em outro. O que é casa, visto de determinado ângulo, pode ser rua de outro. As atividades, mesma forma. O que é trabalho em dadas circunstâncias, pode se revelar como lazer em outras.

Os sistemas concebidos dessa maneira têm virtude de saberem conviver com a ambiguidade. Exemplificamos essa coexistência, que nem sempre é fácil e tranquila, admitindo, virtualmente, as dissensões, interferências e conflitos. Como as fronteiras são sempre contextuais, a única fórmula para desfazer acavalamentos indesejáveis, ou hierarquizar as diferentes formas de apropriação, tornando-as compatíveis, é a prática permanente da negociação.

Negociar as apropriações diferenciais dos espaços faz parte da pedagogia da rua, no Catumbi. O caráter sintético das regras, nesse domínio, o constitui como eixo fundamental de elaboração da cidadania e da civilidade. A cidadania é a convicção da auto-pertinência a um universo social que compartilha um conjunto de representações e relações de que o espaço e seus modos de apropriação fazem parte. A cidadania, mais do que um estatuto formal, é o exercício da responsabilidade com relação ao que é comum. A civilidade é o manejo adequado do sistema e de suas regras, no nível das práticas cotidianas. É preciso negociar porque há muitas razões. Há muitas razões porque existe diversidade. E há diversidade porque o dispositivo classificatório a cria, sustenta e estimula.

As teorias de inspiração racionalista e progressista parecem desconhecer o fato de que o meio urbano caracterizado pela diversidade é uma ordem perdulária só na aparência. Por isso acreditam simplificar a cidade, eliminando seus pontos de estrangulamento e dispêndios inúteis. Uma ilusão. Se o planejador tem razão quanto a estar simplificando, isso não lhe garante, no entanto, que o desempenho das funções urbanas se torne menos custoso. Sua prática racionalizadora é analítica. Com ela pretende chegar às formas elementares da vida urbana, que acredita existirem também na diversidade tradicional, ainda que de maneira impura. E aí é que está sua ilusão. O resultado de sua análise não são elementos simples, para os quais bastaria encontrar a

melhor forma. Na realidade, cada um desses elementos já é ele mesmo uma síntese.

O funcionalismo se vale de um arsenal sofisticado e complexo de análise do espaço. Com ele acaba desembocando em simplificações corriqueiras, que reproduzem, ao final, os pressupostos que existiam de saída. O mundo das práticas cotidianas tem desafiado abertamente essa paixão racionalista. Talvez porque esteja operando com sistemas que, partindo de alguns princípios bastante simples, conseguem produzir complexidade e riqueza. Compreender esses sistemas exige que sejam encarados de um ponto de vista diferente. As práticas cotidianas são esse ponto de vista. Por isso é que propomos investir no estudo da pragmática e da praxeologia dos espaços urbanos.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Christopher. La ciudad no es un árbol [1965]. In: _____.

Aspectos de Matemática y Diseño. Barcelona: Tusquets, 1969.

BAËTA NEVES, Luis Felipe. **O combate dos soldados de Cristo na Terra dos Papagaios:** colonialismo e repressão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

BOURDIEU, Pierre. La maison ou le monde renversé. In: _____.

Esquisse d'une théorie de la pratique. Genève/Paris: Librairie Droz, 1972.

DA MATTA, Roberto A. **Carnavais, malandros e heróis:** para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. De quelques formes primitives de classification [1903]. In: MAUSS, Marcel. **Oeuvres 2.** Paris: Les Éditions de Minuit, 1969.

GEERTZ, Clifford. **The interpretation of cultures.** New York: Basic Books, 1975.

HALBWACHS, Maurice. **Morphologie sociale.** Paris: Presses Universitaires de France, 1938.

JACOBS, Jane. **Muerte y vida de las grandes ciudades norteamericanas** [1961]. Madrid: Ed. Peninsula, 1973.

KEVIN, Lynch. **A theory of good city form**. Cambridge: HIT Press, 1981.

MAUSS, Marcel; BEUCHAT, Henri. Ensaio sobre as variações sazoneiras nas sociedades Esquimó [1904/05]. **Sociologia & Antropologia**, São Paulo, EPU-EDUSP, 1974.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno. **Quand la rue devient maison: habito et diligo dans la ville**. *Communications* n. 73 (Manières d'habiter), Paris, p. 163-183, out. 2002.

_____. Cuando la calle se transforma en casa: algunas consideraciones sobre habito et diligo en el medio urbano. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 25, p. 29-49, jul. 2007.

NEEDHAM, Rodney. **Symbolic classification**. California: Goodyear, 1979.

VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem** [1909]. Petrópolis: Vozes, 1978.

VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva. Lições da rua: o que um racionalista pode aprender no Catumbi. **Arquitetura Revista**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 67-79, 1983.

VOGEL, Arno *et al.* **Quando a rua vira casa**: a apropriação de espaços de uso coletivo em centro de bairro [1980/81]. 3. ed. Rio de Janeiro: IBAM/FINEP/Ed. Projeto, 1985.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Ed. Abril, 1979.